

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO
Curso de Pedagogia

Rita Eunice Cardoso da Silva

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO NOSSO SÉCULO A PARTIR
DO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT**

São Paulo

2023

Rita Eunice Cardoso da Silva

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO NOSSO SÉCULO A PARTIR
DO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro Universitário São Camilo, orientado pela Profa. Elisa Vieira, como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga.

São Paulo

2023

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecas São Camilo

Silva, Rita Eunice Cardoso da

Reflexões sobre a educação do nosso século a partir do pensamento de Hannah Arendt / Rita Eunice Cardoso da Silva. -- São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2023.
28 p.

Orientação de Elisa Vieira.

Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia (Graduação),
Centro Universitário São Camilo, 2023.

1. Amor ao mundo 2. Arendt, Hannah 3. Autoridade 4. Educação 5. Taxa de natalidade I. Vieira, Elisa II. Centro Universitário São Camilo III. Título

CDD: 370

RESUMO

SILVA, R. C. E. **Reflexões sobre a educação de nosso século a partir do pensamento de Hannah Arendt.** Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2023.

Neste trabalho abordamos alguns aspectos do pensamento de Hannah Arendt acerca da educação. Para nossa compreensão de seu pensamento, utilizamos seu livro *Entre o Passado e o Futuro*. Discorremos reflexivamente sobre *A crise da educação*, texto base e fundamental para essa tarefa, dado que essa é a principal preocupação de Hannah Arendt frente a uma sociedade fragilizada e seus anseios em busca de paradigmas e de segurança. Buscamos compreender a perplexidade de Arendt com as inversões a que o mundo estava sujeito e, conseqüentemente, com os efeitos nos indivíduos. Para melhor entendimento e esclarecimento, apoiamos-nos na tese de mestrado de Vanessa S. de Almeida, *Amor Mundi e educação*, e no artigo do professor Dr. José Sérgio Fonseca de Carvalho, *Autoridade e educação: o desafio em face do ocaso da tradição*. Concentramo-nos nos preceitos imprescindíveis para compreender a abordagem de Hannah Arendt sobre a educação, que são os conceitos de autoridade e natalidade, os quais nos tornam claro que a experiência humana, mundana e histórica e suas variedades são o elo da autoridade entre os educandos e um mundo de heranças e promessas. Assim, fica evidente que tais dimensões autorizam o lugar do educador e sua responsabilidade na relação pedagógica.

Palavras-chave: Hannah Arendt. Amor ao Mundo. Educação. Autoridade. Natalidade.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 Introdução..... | 06 |
| 2 A educação numa perspectiva arendtiana..... | 08 |
| 3 Crítica arendtiana aos modelos educacionais pragmáticos | 14 |
| 4 Natalidade e Autoridade na educação sob a ótica arendtiana | 17 |
| 5 Breve reflexão sobre as reverberações que impactam na educação contemporânea: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt | 22 |
| 6 Considerações Finais | 26 |
| 7 Referências | 28 |

1. Introdução

A crise da autoridade na educação guarda a mais estreita conexão com a crise da tradição, ou seja, com a crise de nossa atitude face ao âmbito do passado. (ARENDRT, 1979, p. 243).

O alicerce e o eixo deste trabalho são inspirados na perspectiva de Hannah Arendt acerca da educação. Tal como Arendt compreende, ensinar não é de modo algum doutrinar indivíduos, e sim instruí-los. Abordaremos questões relativas à educação nas obras da autora com vistas à reflexão sobre a educação atual. Hannah Arendt era profundamente apaixonada pela compreensão dos fatos, porque, segundo a autora, é na gênese destes que podemos encontrar os significados que estavam implícitos em suas causas e, portanto, invisíveis nos seus efeitos.

Em busca de compreender estas estruturas e os aspectos obscurecidos, investigamos em *A crise da educação* as bases e os fundamentos destas, trazendo à luz os problemas causados pela emergência do novo. Nossa intenção é mostrar como a autora reflete sobre os fragmentos que foram rompidos na história e o enganoso cenário político-social que se formara em vista disso. Dessa maneira, objetivamos com este trabalho não solucionar as questões levantadas, mas refletir sobre os pressupostos da educação do nosso século.

Na primeira parte falaremos do conceito do amor ao mundo. Este só é possível permeado pela educação, visto que a educação é o elo entre uma geração e a outra, conforme pensa Hannah Arendt, o que é reafirmado por Vanessa S. de Almeida quando ressalta que “[...] a educação é o ponto decisivo e a decisão a ser tomada envolve dois amores: amor ao mundo e o amor às crianças. É um duplo amor que é preliminar à dupla responsabilidade do educador” (ALMEIDA, 2009, p. 39).

Na segunda parte apresentaremos de seu pensamento e sua crítica aos novos modelos educacionais que “desautorizam” e negligenciam a práxis da educação. Esta deveria ocorrer num transcurso, numa ligação entre as gerações, mas acaba se dando não por rompimentos intencionalmente criados para favorecer determinados interesses, acabando por se transformar em modelos autoritaristas.

Por fim, na terceira parte discorreremos sobre a natalidade e a autoridade na ótica arendtiana, retomando a ideia e a importância de compreender o elo e a responsabilidade do professor, visto que é pela educação que ensinamos o mundo à

criança e a preparamos para cuidar deste. Para tanto, afirma Carvalho (2015) que durabilidade e ruptura se complementam enquanto fluxo contínuo de perpetuação e reprodução de nossa espécie, de historicidade e culturas da humanidade. Enfim, essa é a razão transcendente “que autoriza o lugar do educador na relação pedagógica”.

2. A educação numa perspectiva arendtiana

A reflexão de Hannah Arendt sobre a educação é no sentido de buscar compreender quais as bases desta, em que princípios está fundada e quais são seus efeitos frente à fragilidade em que a humanidade se encontra por todo o contexto histórico de sua época. Este contexto carrega os resquícios do período pós-guerra, em que as massas buscam respostas e desejam encontrar nestas uma segurança hodierna e futura.

Hannah Arendt acredita que para ensinar é necessário autoridade, mas despreza em absoluto o autoritarismo. Ela tece uma crítica ao paradigma norte-americano de educação que, segundo ela, busca responder aos anseios sociais, surge como uma nova ordem e favorece diversas teorias.

Dentre estas teorias, Hannah Arendt criticará o modelo pragmático educacional por não concordar que a educação, ao menos no nível primário, seja relacionada a interesses privados. Para Arendt, as crianças devem viver sua infância sem o peso de uma imposição que, ao ser inserida no ideal imaginário da criança, a acompanha e firma-se enquanto ideal racional na e da vida adulta, desdobrando-se tal ideal na vida coletiva.

Fica implícita aqui a ideia de controle, no sentido de que o indivíduo está impelido a seguir um sistema, limitando sua autonomia e as possibilidades de liberdade. Hannah Arendt, ao falar sobre essa crise “do mundo moderno que em toda parte e em quase toda esfera da vida” (p. 221) propõe uma reflexão da própria atividade humana engendrada na formulação de uma busca moral e intelectual empenhada na formação da sociedade.

A crise na educação que acometeu o mundo é geral, pois se manifesta de diversas formas em cada país porque se passa por um período de adaptação tanto cultural quanto social, mas gradativamente vai se inserindo ideologicamente nas sociedades e assim vai transformando-as no curso do tempo de modo a tornar o mundo, isto é, o habitat natural de nossa espécie, uma surpreendente incógnita para seus habitantes, um fenômeno.

Assim sendo, vivemos em um mundo em que o surgimento do novo em qualquer aspecto molda e torna obsoletas experiências de outrora, porque, em sentido restrito, só experienciamos o mundo que conhecemos. Desse modo, vivemos num mundo a surgir e no qual temos que nos adaptar constantemente. As descobertas mundiais, culturais, técnicas e intelectuais podem fragmentar as possibilidades de uma tradição comum a todos.

Decorre que esse procedimento transitório é permeado por crises e, para Hannah Arendt, um fator relevante para essas crises que em determinados períodos se instauram e, em certa medida, transformam o mundo tem em sua base uma causa política que tem suas raízes no século XVIII, mas, de fato, seus efeitos são consecutivos, estabelecem-se em processos futuros e rompem com paradigmas antigos:

Na América, um dos aspectos mais característicos e sugestivos é a crise periódica da educação a qual, no transcurso da última década, se converteu num problema político de primeira grandeza de que os jornais falam quase diariamente. (ARENDR, 1979, p. 221)

No entanto, a crise na educação está consolidada, pois tem uma dimensão que toma uma proporção imensurável a cada instante. É um problema penoso porque, por um lado, as transformações causadas pelas repressões e revoluções que a humanidade tem vivido dão à questão (que em si mesma é imensurável, mas em comparação aos acontecimentos históricos perde a grandeza do problema) um aspecto menor e ela deixa de ser vista como uma prioridade.

Por outro lado, invalida todos os esforços a ela aplicados, visto que tudo que se aplica no mundo passou, passa e passará pela via da educação, logo, esta deveria receber maior atenção considerando o elo que une o mundo comum. Ressalta Hannah Arendt: “[...] há sempre a tentação de crer que estamos tratando de problemas específicos confinados a fronteiras históricas e nacionais, importantes somente para os imediatamente afetados” (ARENDR, 1979, p. 222).

Hannah Arendt, embora sua análise comece a partir da educação norte-americana, compreenderá que podemos perceber que se trata de uma política que afeta toda a vida humana, não sendo, por essa razão, um problema específico de determinado país.

Os homens em sua vida comum se relacionam, buscam sempre uma medida para conviver em sociedade. Este convívio é marcado por ideologias e paradigmas que se enraízam nas massas em desdobramentos que se universalizam. Ademais, nada garante que o que ocorre em um determinado país não venha ocorrer em outro e assim sucessivamente.

Segundo Arendt, o que a própria crise na e da educação revela é um rompimento com a tradição e o conseqüentemente desaparecimento dos pressupostos que nos eram comuns. Isso será fundamental pois, para ela, “a essência da educação é a natalidade” (1979, p. 223).

Porém, as modernas ideologias e pedagogias não oferecem ao novo um vínculo com o passado e isso é a gênese da crise, pois, segundo Arendt, “[...] desde que o passado deixou de lançar luz sobre o futuro, a mente do homem vagueia nas trevas” (1979, p. 32). Ao surgir um mundo novo por artefatos da criação humana pela natureza da natalidade, perdemos ou deixamos de reconhecer características do velho, uma vez que desconsideramos o fio da tradição. “O desaparecimento de preconceitos significa simplesmente que perdemos as respostas em que nos apoiávamos de ordinário sem querer perceber que originariamente elas constituíam respostas as questões” (ARENDR, 1979, p. 223).

Considerando apenas as ideias novas em vista da construção do mundo comum, em detrimento de outrora e experiências que antecederam a realidade, perdemos a oportunidade de refletir sobre esta, pois “uma crise só se torna desastrosa quando lhe pretendemos responder com ideias feitas, quer dizer, com preconceitos” (1979, p. 223).

Hannah Arendt enfatiza a crise da educação na América, pois a América se apresenta como “uma nova ordem” (1979, p. 225). Nossa autora busca evidenciar o jogo de aparência que constitui essa nova ordem, mostrando-nos que essa “nova ordem do mundo” se apresenta como um modelo benéfico de igualdade para e entre os cidadãos que aparentemente são acolhidos em seus territórios ou os novos, os recém-chegados.

Assim, esse novo mundo, que entusiasmava pelo extraordinário aspecto do novo em todos os sentidos no cotidiano dos americanos, é pautado em ideais políticos que se apresentam como bons e exclui toda ancestralidade de uma comunidade. Como

demonstrou Hannah Arendt, esta paixão pela novidade é produto da modernidade. É a partir de interesses bem traçados que se constituiu um ideal de educação no qual podemos ver suas bases. “De fato, influenciado diretamente por Rousseau, de acordo com o qual a educação se transformou num instrumento da política e a própria atividade política foi concebida como uma forma de educação” (ARENDR, 1979, p. 225).

Segundo Arendt, o papel da educação desde a antiguidade mostra como o desejo de começar um mundo novo com os novos – ou, como os gregos chamavam, “*oi neoi*” – parece natural.

Assim “ao invés de deixar o juntar-se aos seus iguais assumindo o esforço de persuasão e correndo o risco do fracasso” opta-se pela “intervenção ditatorial baseada na absoluta superioridade do adulto e a tentativa de produzir o novo como se este já existisse” (1979, p. 225). Para Arendt, isso constitui um erro grave, pelo menos quanto à política.

O problema para Arendt vai ser justamente que a educação contemporânea deixa as crianças aos seus próprios recursos. Para Arendt, a educação será sempre o adulto narrando o mundo para a criança. E nunca a criança sozinha.

Entretanto, como interessa um mundo novo e os novos nesse mundo, faz-se necessário mostrar o “novo como se esse já existisse” (p. 225). Nesse sentido, Hannah Arendt critica a ideia de educação na qual seria preciso “começar pelas crianças, se se quer produzir novas condições” (p. 225), impregnando nestas novos ideais. Segundo Arendt, trata-se de movimentos revolucionários com tendências tirânicas, que nutrem um desejo de retirar as crianças dos pais e simplesmente doutriná-las.

É nesse sentido que, para Arendt, a palavra educação ressoa perversamente em política, ou seja, quando pensamos em educar adultos, uma vez que, nesse contexto, a pretensão de educação seria, na realidade, a “coerção sem uso da força” (1979, p. 225). São manobras políticas e tentativas de inseri-las na sociedade, de maneira que “criar uma nova ordem política mediante a educação, isto é, nem através da força e coação, nem através da persuasão” (p. 225), segundo ela, foi possível ao se aderir à terrível conclusão platônica: banir todos os velhos do novo estado a fundar.

O sentido desta nova ordem é ilusório, “pois brota diretamente de uma experiência americana [...] que tira seu significado do velho mundo, que, [...] foi rejeitado por não poder encontrar nenhuma solução para a pobreza e para a opressão” (1979, p. 226), nos moldes das ideologias dominantes vigentes e não dos dominados.

Ao fazer essas críticas, Hannah Arendt recusa as utopias políticas rousseauianas e platônicas, porque tais projetos na realidade afastam o indivíduo, implantando teorias que na prática não se realizam. Para Arendt, as crianças devem vivenciar o mundo e serem pelos adultos ensinadas, não doutrinadas com ideais irrealizáveis. Quanto aos adultos e, portanto, ao corpo político, os homens devem reconhecer que passam, mas que as ideias ficam. E, neste sentido, segundo ela:

A crise da educação fincada nos tempos atuais tem como objetivo exterminar a importância do passado, mas embora este tenha tido suas catástrofes, não pode ser deixado de lado por não ter eliminado a opressão porque são, exatamente as experiências do passado um contínuo histórico que é essencial para, com base neste, segundo Arendt, se pensar com viés futuro. Há entre o passado e o futuro uma ligação que não poderia (e não pode!) ter sido rompida pelas teorias modernas. No entanto, o que se tem inovado enquanto educação, por não atribuir ao passado sua importância, gera mentes sem nenhuma relação nem consideração por ele, de modo que, agravam ainda mais a formação de indivíduos que serão desconhecidos para um mundo desconhecido o que torna a crise cada vez mais aguda.

Por fim, para Arendt, a crise tem suas bases enraizadas no temperamento político do país, o qual luta por si próprio e por seus próprios interesses, para extinguir ou nivelar as diferenças que se encontram entre esses dois polos – passado e futuro.

Não obstante, a ilusão que emerge do “*pathos*”, da paixão esperançosa de igualdade, ou seja, uma aparente ideologia que nas massas se intensifica, por serem afetados com tais propostas, exatamente quando buscam segurança para a própria vida não percebem que a verdade por trás da engenhosa ideologia é também cruel e desumana.

A aparente luta do ideal político da América para extinguir as desigualdades, permitindo a qualquer cidadão se tornar um vencedor cabendo apenas a este sê-lo, ou seja, atribuindo a este, portanto, a responsabilidade para tal, e inserida nas escolas. No interior desse ideal, o que se extingue é o contínuo aprendizado entre novos e velhos, dotados e não dotados e entre professor e aluno enviesado pela ideia de meritocracia.

Para Hannah Arendt, o sistema meritocrático aderido na Inglaterra é excludente, mas o modelo americano não é diferente. O que ocorre na América é uma derivação de sistema e métodos autoritários que se mostram inversamente bons: “Assim, surgem os modelos pragmáticos de educação e para a educação. Isso irrompe, como que, de um dia para a noite com todo o fio da tradição e todos os métodos estabelecidos de ensino e de aprendizagem” (ARENDR, 1979, p. 227).

A aparente luta do ideal político da América para extinguir as desigualdades, permitindo a qualquer cidadão se tornar um vencedor cabendo apenas a este sê-lo, ou seja, atribuindo a este, portanto, a responsabilidade para tal, e, inserida nas escolas. No interior desse ideal o que se extingue é o contínuo aprendizado entre novos e velhos, dotados e não dotados e entre professor e aluno enviesado pela ideia de meritocracia.

Em suma, na nossa reflexão sobre o pensamento de Hannah Arendt acerca da educação, vemos na exposição que ela realiza em *A crise da educação* que ao professor e ao adulto cabe ensinar a criança sobre o mundo que é mais velho e garantir que ela nesse mundo aprenda livre e espontaneamente, se conecte e cuide dele. Percebemos isso em razão de sua preocupação com o mundo das pessoas, ou com quais pessoas estão sendo preparadas para este mundo.

3. Crítica arendtiana aos modelos educacionais pragmáticos

Refletindo sobre a educação sob a ótica de Hannah Arendt, podemos compreender o posicionamento da autora quanto aos novos modelos educacionais, sobretudo das escolas norte-americanas. Nossa autora critica as medidas escolares tomadas precipitadamente, dado o temperamento político da América, que seleciona por mérito em detrimento dos estudantes mais dotados e à custa da autoridade do mestre.

Para Arendt, o problema da escola americana é o individualismo. É fundamental que o professor apresente o mundo às crianças. Igualmente, todo adulto tem o dever de mostrá-lo. Mas, ao contrário disto, a sociedade está inserida num modelo de educação que prioriza um modelo meritocrático, individualista e competitivo. Isto para o temperamento político do país tem grandes vantagens, tanto do ponto de vista da educação por conta de uma nova ideia a ser traçada como do ponto de vista econômico de tipo humano que formam adversários em busca de um país absoluto.

De antemão, por um lado, isto dá à criança uma autonomia frente às outras, mas, por outro, segundo Arendt, perdem-se as relações naturais entre crianças e adultos, dado que o adulto torna-se impotente diante da maturidade que a criança adquire.

Disto resulta outro grave problema, segundo Arendt, porque esse modelo considera a criança em grupo, ou seja, em seu mundo social como um todo e não individualmente. No cerne disto encontra-se um problema de maior grau: a criança que se comporta como tal, isto é, como criança e não se desenvolva à medida da expectativa alheia, isto é, não se destaca em seu próprio meio social, e conseqüentemente em sua singularidade, enfrenta um confronto com a absoluta maioria. Por esta forma, compreendemos que o pragmatismo não se volta à individualidade e à aprendizagem, de modo que esta fica comprometida.

As crianças não podem ficar entregues à própria sorte. A criança, diz Arendt, é ingênua e simplesmente incapaz de suportar tal confronto. Elas precisam ser protegidas pela mediação dos adultos. Arendt enfatiza que até entre os adultos poucos são capazes de suportar tal situação de competição e aprovação. Por isso, e, por perceber

o que estava pressuposto nas teorias modernas, deu voz aos que por elas estavam sendo excluídos, ressaltando que é “[...] da essência desse primeiro pressuposto básico levar em conta somente o grupo, e não a criança individual” (ARENDR, 1979, p. 230).

Arendt vê nesta situação algo muito mais terrível e verdadeiramente tirânico, pois além de as crianças não receberem a solidariedade de seu próprio grupo, elas foram banidas do mundo dos adultos, uma vez que, por sua autoridade, elas foram emancipadas e é na conotação da sua escrita que Arendt reclama para o mundo, nas linhas de seu texto, que:

São elas (as crianças) ou jogadas a si mesmas, ou entregues à tirania de seu próprio grupo, contra o qual, por sua autoridade numérica, elas não podem se rebelar, contra o qual, por serem crianças, não podem argumentar, e do qual não podem escapar para nenhum outro lugar por lhes ter sido barrado o mundo dos adultos. A reação das crianças a essa pressão tende a ser ou o conformismo ou a delinquência juvenil, e frequentemente é uma mistura de ambos (ARENDR, 1979, p. 231).

Não obstante, Arendt tenta, através de sua crítica, chamar a atenção para este problema em que o desdobramento de uma ação desencadeia outra.

O segundo pressuposto identificado por Hannah Arendt, advindo desta cadeia, e que tem intrínseca relação com o ensino, é que a pedagogia quase que por inteira, diz Arendt, emancipou-se da matéria a ser ensinada. O professor não precisava conhecer a fundo sua própria matéria, e o que podemos perceber é um negligenciamento na formação de professores.

Enfim, os alunos ficaram abandonados a seus próprios recursos, quando o professor que confiava na autoridade do seu conhecimento foi eliminado por essa inovação, e, assim, não sentindo sua autoridade diante de uma classe entregue a si mesma, o controle desta dá-se, com base num autoritarismo, de modo que o conflito entre professor e aluno é fatídico.

Destarte, o terceiro pressuposto puramente advindo do pragmatismo consiste em substituir o aprender pelo fazer. Por essa forma nota-se aqui o porquê de o professor não precisar dominar sua matéria: ele precisa apenas demonstrar como se faz, já que, como é típico da modernidade, “[...] só é possível conhecer e compreender aquilo que nós mesmos fazemos” (ARENDR, 1979, p. 232).

Assim, segundo Arendt, tais instituições especialistas em desenvolver habilidades nas e das crianças foram tão capazes de robotizá-las quando incapazes de conscientizá-las em vista de um mundo comum e coletivo. As críticas de Arendt são muito intensas quanto a isso, pelo de fato de que a atividade espontânea que brota da criança é o brincar, e isto está, por essas razões, não comprometido porque a criança o faz, mas ao brincar a criança que vive autônoma no seu mundo, sente obrigatoriamente o peso da responsabilidade na espontaneidade de suas ações.

Por assim ser, isto oculta o fato de a criança ser um humano em desenvolvimento e extingue as relações naturais entre a criança e o adulto. Estas práticas que intensificaram a crise na educação foram percebidas na América, diz Arendt, e as soluções encontradas que passaram pelo rigor do autoritarismo fracassaram diante de um cenário em que os próprios professores precisam retomar o aprendizado e, evidentemente, estes precisam ser preparados para as exigências do mundo inteiramente novo. Enfim, perdas irreparáveis se instauraram nesse processo.

4. Natalidade e Autoridade na educação sob a ótica arendtiana

A educação, tão elementar e necessária para a sociedade, passa sempre por processos de renovação por conta da vinda de novos que precisam ser inseridos num mundo que lhe é estranho, porque já existia antes de sua chegada e continuará depois da sua partida. Logo, a criança neste mundo encontra-se em processo de formação, assim como também o mundo que ela encontra.

Segundo Arendt, considerando o processo natural da mundanidade, isto é, a vida e a sua evolução, a criança é um ser humano em devir, tanto quanto outro ser mundano. Assim, se não fosse o mundo dos homens, mas somente uma criatura viva ainda não desenvolvida, a educação seria unicamente uma das funções da vida biológica e consistiria apenas na prática natural da manutenção da vida sem nenhuma interferência racional.

Porém, o mundo dos humanos – p que para nossa autora tem um significado amplo, pois está relacionado aos objetivos que os seres humanos criam e está entre nós – difere-se do mundo em si,; os homens destroem-se entre si e o mundo por constantes ações e renovações, por novas técnicas fruto das criações humanas. Isso faz com que eles próprios, os homens, precisem cuidar, proteger e preparar a criança do e para o mundo. Porém, diz Arendt: “Também o mundo necessita de proteção, para que não seja derrubado e destruído pelo assédio do novo que irrompe sobre ele a cada nova geração” (ARENDR, 1979, p. 235).

A crise na educação é o reflexo de algo muito mais geral da instabilidade em que a sociedade moderna se encontra. As teorias que deram às crianças um status de autônomas lhes proporcionaram, também, pelo aspecto do novo, uma invasão do mundo exterior sobre elas, e este penetra a privacidade do interior da família, pois os pais não se sentem confiantes para educarem os filhos e, por isso, deixam os filhos por eles mesmos para aprenderem, já que são tão novos quanto o mundo. Enfim, os professores e os pais, o público e o privado já não garantem a segurança que deveriam.

Nas palavras da autora, como vimos na abordagem acima,

[...] quando se, introduz entre o privado e o público uma esfera social na qual o privado é transformado em público e vice e versa mais difícil torna as coisas para suas crianças que pedem, por natureza, a segurança do

ocultamento para que não haja distúrbios em seu amadurecimento (ARENDDT, 1979, p. 238).

Portanto, para Arendt, por estar inserida no centro deste caos e formando sua personalidade, a criança corre graves riscos de desvio de conduta. O que torna ainda mais grave a crise é que a educação não está restrita às paredes de uma instituição, mas a todos os campos da vida humana, e nesse caso todos estão em processo de formação. “A escola não é de modo algum o mundo e não deve fingir sê-lo, ela é, em vez disso, a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo” (ARENDDT, 1979, p. 239).

Portanto, Arendt defende que é de todos a responsabilidade de apresentar o mundo à criança, na medida em que ela não o conhece e deve nele ser inserida gradativamente; e, na medida em que a criança é nova, deve-se cuidar para que ela chegue à fruição, inserindo-a no mundo tal como ele é.

Quanto aos pais, deveriam ter a responsabilidade sobre os seus filhos e sobre o mundo, visto que o simples fato de viver e crescer não pode ser mais importante que a constituição da personalidade. A personalidade é o que distingue a singularidade de cada ser humano e faz com que ele não seja apenas um forasteiro no mundo. Isto passa pelo viés da escola, mas só se constitui no seio da família.

Quanto ao professor, diz Arendt, sua autoridade assenta-se na responsabilidade pelo mundo; sua autoridade, que não tem relação com o autoritarismo, traz a responsabilidade frente à criança de lhe mostrar o mundo em que todos nós habitamos, pois ele – o professor – é o representante dos habitantes adultos: “Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação” (ARENDDT, 1979, p. 239).

Para Arendt, a autoridade de pais e professores deve ser preservada, é um elo caro à educação e não se trata de um conservadorismo, o que em seu (e no nosso) tempo já era inatingível, embora necessário. Nesse sentido, a autoridade perdeu seu significado – não teórico, mas prático –, por isso, a ausência desta a substitui de imediato pelo autoritarismo desmedido.

Arendt diz que nossa tradição outorga à esfera pública um status, uma autoridade familiar tal qual a autoridade de um pai sobre o filho, ou seja, uma superioridade, por assim ser, absoluta, e é esta autoridade em tempos atuais que se vê ameaçada. Por ser da tradição do nosso pensamento pensar assim, logo, a crise que acomete a esfera pública termina na privada.

Nas palavras da autora: “Com a perda da tradição, perdemos o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado; esse fio, porém, foi também a cadeia que aguilhou cada sucessiva geração a um aspecto predeterminado do passado” (ARENDR, 1979, p. 130).

Arendt, ao discorrer sobre a autoridade, explica que seu significado foi erroneamente compreendido com desdobramentos tirânicos, o que causou repulsa à questão da autoridade. É preciso resgatá-la, segundo o que entendemos a partir de Hannah Arendt, ao ressaltar que a tradição só é mantida na comunidade dos homens, seres dotados de memórias, racionais. Se não nos atentarmos para isso, “[...] estamos ameaçados de esquecimento” (p. 131), e então se apagará a dimensão da profundidade humana, posto que “[...] a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação” (p. 131).

Por fim, para Hannah Arendt o passado e o futuro são a potência e a essência da grandeza perspicaz da humanidade a ser alcançada. Nesse sentido, as resoluções pragmáticas contradizem o propósito da educação, que é preparar a criança para o velho mundo dos adultos. Arendt defende veementemente, ao contrário da teoria pragmática, que:

[...] a função da escola é ensinar às crianças como o mundo é, e não instruí-las na arte de viver. Dado que o mundo é velho, sempre mais que elas mesmas, a aprendizagem volta-se inevitavelmente para o passado, não importa o quanto a vida seja transcorrida no presente (ARENDR, 1979, p. 239).

Hannah Arendt salienta que compete a cada um de nós a responsabilidade frente à natalidade. A tradição não é simplesmente um passado imemorial, mas ao contrário é no cerne deste que se encontra a existência humana em sua profundidade. Para ela, envelhecer é “o gradativo retirar-se do mundo das aparências” (ARENDR, 1979, p. 244).

Entendemos que a reflexão a que Arendt nos convida a fazer nos mostra que está ao alcance do poder do pensamento e da ação interromper e deter tais processos

de dissipar o passado, cabendo ao professor a responsabilidade de não deixar cair no esquecimento esse fio que nos guiou com segurança até o momento e é um dever permanente diante do fato de que a profundidade da existência humana só pode ser alcançada através da recordação/razão.

Concluimos que Arendt vê na educação do século XX o problema de as crianças estarem sendo instruídas não para o mundo como um todo, mas para um fim desejado, partindo de interesses particulares, como ela entende que faz o pragmatismo, mesmo inconscientemente: retira a criança do mundo de sua condição natural e a insere no mundo adulto. Uma educação que preze a aprendizagem insere o indivíduo no mundo e este se o reconhece como semelhante – pertencente. E, finalmente, segundo Arendt, é isto que deve ser visto pelos especialistas e pedagogos: que “uma educação sem aprendizagem é vazia e, portanto degenera, com muita facilidade, em retórica moral e emocional” (ARENDR, 1979, p. 247). Para que esta tenha sentido, é necessário o reconhecimento da própria história. Diante da condição da natalidade, o fato é que o mundo é renovado constantemente. Assim, Arendt enfatiza que: “A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse à renovação e a vinda dos novos e jovens” (ARENDR, 1979, p. 247). E diz também que a educação é onde decidimos:

[...] Se amamos as crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tão pouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, prepara-las em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum. (ARENDR, 1979, p. 247).

Portanto, uma educação com base política – que, nos tempos atuais, em que a política visa interesses tirânicos, patrocinados por grupos economicamente autoritários, e não com base na sociedade como um todo, ou seja, visa interesses individuais sociais e não universais – perde suas qualidades primeiras, alterando suas características para pior, o que é tão avassalador quanto destrutivo, a ponto de fazer com que os indivíduos nada aprendam. Pois estudam e podem estudar o dia inteiro sem nada aprender se não se confrontarem com sua história através da recordação do espírito, dado que o que

aprendem a fazer já está condenado a ser substituído por novas técnicas e por novos seres, meros robôs.

Em contrapartida, entendendo a política em sua gênese, que é voltada para o bem comum, e a educação em seu conceito e significado amplo e original, como a base de ligação entre o velho e o novo, contribuiremos para um mundo mais empático, sensível, racional e humano.

5. Breve reflexão sobre as reverberações que impactam na educação contemporânea: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt

A autoridade, segundo o que dita nossa autora, conforme vimos nos capítulos anteriores, ainda não pode ser resgatada. Em nossa atualidade, não demos conta de observar e de cuidar do fio condutor que une o passado memorial e central na lógica de transcendência necessária a uma educação que preze pela tradição.

Portanto, não pode ser compreendido, como se refere Hannah Arendt, inclusive pelas manobras segundo as quais os interesses de natureza capitalista naturais a essa sociedade à medida que esta os internaliza assim, tornou-se um fenômeno avassalador e impulsionador de novas tendências e práticas inerentes à natalidade: aos novos.

Nossa autora se refere à autoridade puramente no sentido restrito de um espírito, ou melhor, uma mentalidade que preza e tem vínculo com seu passado, com sua ancestralidade, sua humanidade e nesta se identifica como ser humano da qual e sem a qual não existe essência. É desta essência humana que fala Hannah Arendt e que toda a sociedade tem em si e por si o dever de ensinar. Tal ensinamento demanda de uma ação política na práxis não meramente na teoria e permeia-se pelo diálogo no interior da família, no seio privado, e se desdobra na escola, por exemplo, no domínio público.

Por isso, a perda da autoridade e esta cruel forma de ensinar surgida na era moderna, que autonomiza e mecaniza a criança de modo que esta perde a ingenuidade em sua infância e assume normas e regras do mundo adulto acompanhadas a toda a tecnologia e os avanços desta, causaram para a natalidade uma ruptura com sua essência. Do mesmo modo, os mais velhos se sentiram atônitos e perdidos, muitas vezes transferindo para a escola a obrigação do educar, equivocando-se também quanto ao conceito e à compreensão da amplitude da educação.

Aos pais cabem a responsabilidade e as obrigações de acompanhamento, regramento e ensinamento sobre o social; à escola, cabe mediar a pluralidade das individualidades do seu público com o saber científico acumulado na história, cabe um espaço para reflexão prática e a contemplação destes. Desse modo, ensina-se a pensar, questionar, analisar em detrimento da mecanização e do ensino tecnicista ofertado para os alunos.

Quando os pais largam seus filhos à própria sorte, seja por excesso de trabalho, seja por não dominar mais o filho, deixando-o a cargo da sociedade e ocupando espaços públicos de grande contingente como a escola – sem informar e sem buscar se informar sobre o filho –, negligenciam-se em educar e assim compactua com os maus atos dos seus filhos, visto que são os responsáveis por eles.

Destarte, com base no que a autora já nos lançou luz, a criança é um ser em formação e precisa de um julgo, isto é, uma força que lhe dê direção e ao mesmo tempo crédito, com acompanhamento e apontamento sobre suas ações. Aquele que não assume essa responsabilidade não deveria tomar parte deste lugar. Quanto às autoridades legais, cumpre na forma da lei lembrar aos pais esse dever para que, como mentores primeiros de um ser em formação, respondam por e com ele pelas e sobre suas ações.

Por conseguinte, isto é importante também porque a violência nas escolas sempre ocupou seu lugar: esta instituição surge com modelos excludentes em seu desenvolvimento, primeiro porque apenas os homens estudavam e as mulheres aprendiam as primeiras letras e a bordar, pois, tinham seu papel bem definido na sociedade de mãe e esposa. Já os filhos dos pobres, negros e escravizados não eram nem lembrados.

Depois, quando o pobre tem acesso a tal instituição, que já era meritocrática, esta ganha maiores incentivos e abordagem tecnicista, ou seja, o indivíduo aprende com a finalidade de servir como mão de obra barata. Mas os já privilegiados nestas instituições são instruídos em saberes que os capacitam a galgar passos rumo à universidade, enquanto os periféricos nem sequer poderiam sonhar com esta possibilidade, visto que, além de não estarem instruídos em nível compatível, não teriam nenhuma condição de custear seus estudos numa faculdade, dado o sistema que fora criado e que intensificava a desigualdade. Entretanto, os valores que incidem sobre as crianças são adquiridos em medida ímpar no domínio privado.

Enfim, na atualidade, os modelos educacionais permanecem meritocráticos e tecnicistas, sem a valorização do saber voltado para o que Hannah Arendt denomina “a vida do espírito”. Pois uma educação contemplativa, investigativa e reflexiva pela lógica de mercado e a urgência instantânea e acelerada das atividades permeadas pela tecnologia e as inovações, tornando tudo ultrapassado num curto período, parece não ser mais necessário. Isto posto, aqui reside o erro dos modernos: criar uma estrutura

que nega e desmerece essas ações que demandam contemplação do espírito e da vida pública.

Observemos a proposta da rede Estadual de ensino, chamada de novo ensino médio, que numa busca rápida num site de pesquisa podemos obter. Quanto a nós, recorremos ao site do MEC:

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade à todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade.¹

Com esta base ideológica, as escolas públicas continuam a ofertar aos estudantes um ensino que se volta meramente ao mercado de trabalho e por fim não cumpre o papel de educar, embasadas em perpetuar sem dar condições de vincular o passado e o futuro, pois, enquanto elo de ligação, não têm competência para tanto, uma vez que a cada momento se está em vistas de se refazer pela emergência de novos modelos impulsionados pela aceleração do mercado, que não freia e se volta para a importância da humanidade, mas sim para os avanços e ganhos de capital. Mas o problema, sobretudo no Brasil, é a estruturação histórica das bases da educação, que sempre se voltou para os privilegiados e, juntamente com isso, produziu processos de exclusão e a intensificação da desigualdade.

Segundo Ocimar Alavarse, professor da Faculdade de Educação da USP e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional (Gepave), que faz críticas à concepção da Reforma do Ensino Médio e avalia seus impactos sobre o Enem: “Quando a população pobre, preta, chega na escola, o que oferecemos à eles? Itinerários, estradas nebulosas com riscos de precipício ao lado e ao final”. Ainda em sua análise e crítica a esse processo, Ocimar Alavarse ressalta:

¹ *Novo Ensino Médio perguntas e respostas*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 15 abr. 2022.

O grande problema do Enem é justamente a Reforma do Ensino Médio, que é uma contrarreforma. Ela é feita de forma apelativa, dizendo que o ensino médio é chato e coisas do tipo. No momento em que uma parcela da juventude, que estava excluída, começa a entrar na escola de ensino médio você nega à eles o direito ao conhecimento, às disciplinas escolares, que materializam uma série de avanços do conhecimento humano. O que está sendo oferecido para a nossa juventude é uma desqualificação da formação (In: CORTI, 2022).

Desse modo, atendendo a, elite e suas exigências, os filhos dos trabalhadores estão servindo como cobaias de modelos aplicados à educação institucional, que tem sido frequentemente ao longo das décadas alterada por novas diretrizes. Numa escola com um perfil plural como a escola pública, isto torna-se nebuloso e desautoriza o professor em sua formação específica, pois este precisa, com poucas condições financeiras, ter muitas formações para dar conta do material e da demanda que lhe cabe. O próprio Estado que promete formação continuada aos profissionais ainda está em fase de aprender. O próprio órgão reconhece a falha diante da insatisfação pública de alunos, professores e especialistas, como podemos ver em uma reportagem do Jornal G1 Jornal Hoje: “O governo federal reconhece que o novo ensino médio precisa de correções. Abriu uma consulta pública por 90 dias para avaliar e reestruturar o modelo”.

Sendo assim, sustenta-se a ideia de desafio, de tentativas, de não existir receita pronta, o que em parte é verdade, mas, no entanto, a autoridade não tem como se firmar nesse lugar de inconsistência e insegurança. Por outro lado, como Hannah Arendt já observara, é necessário cuidar e dar espaço e valorizar a vida do espírito. Por fim, entendemos o que ela nos demonstra e nos ensina.

Considerações Finais

Este trabalho buscou lançar luz sobre as bases da educação do nosso século a partir da perspectiva da Hannah Arendt. Como vimos nos desdobramentos dessa pesquisa, nosso século tem sua educação pautada em bases de interesses muito bem definidos desde a modernidade. Esta volta-se para o pragmatismo e para a ideia de meritocracia fincada em princípios de mercado como solução para as problemáticas sociais. Esse modelo dá autonomia à criança, de modo que esta não vive sua infância como deveria e, como consequência, um problema ainda maior se revela do que a perda da autoridade dos adultos sobre as crianças impulsionadas por tais teorias (pragmáticas e meritocráticas).

Em Hannah Arendt, entendemos a educação em seu sentido amplo, que abarca aquela que, pelo exercício da convivência e experiências cotidianas, é concebida e perpetuada entre as gerações e suas relações sociais – o que também chamamos hoje de educação não formal e Hannah Arendt nomeia mundo público, o qual permeia a vida humana. Em específico, a educação institucionalizada (que chamamos de formal), intencionada com uma finalidade bem definida é a existente em espaços destinados a preparar e a doutrinar os indivíduos. Decorre daí as obscuridades das ações públicas e a deturpação ética e política da historicidade e das diversidades culturais tidas nesse modelo como imemoriais, o que causa danos à humanidade. Pais e professores sentem-se desautorizados frente ao aluno, a partir de novos modelos que tornam obsoletos tudo que não emerge deles, mas Hannah Arendt nos adverte que uma geração nasce no seio da outra e, portanto, este mundo, que é mais velho que a criança, guarda profunda relação com esta na medida em que o passado origina o presente num fluxo contínuo de um ciclo vital. Esse é o dever do adulto, da educação em qualquer esfera: formal, não formal e informal.

Enfim, a educação é o elo entre o mundo e a criança. A historicidade e suas diversidades autorizam o pedagogo em seu processo científico e de manter esse elo entre o passado e o futuro para que os novos sejam capazes de preservar e cuidar do mundo e, portanto, da humanidade. Portanto entendemos que a autoridade precisa ser retomada e, como afirma Carvalho (2015), ela emerge como fruto da relação entre os homens, mas precisa ser assentada urgentemente no consciente da sociedade, retomada para que os novos encontrem a segurança legítima que precisam para viver,

ser, conviver. Eis a importância da educação em suas várias dimensões, pois não há rupturas e sim transição de uma geração para outra. E eis a responsabilidade dos adultos e do educador com relação a educação: ensinar a criança a amar e cuidar do mundo comum e dos novos.

Referências

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Amor mundi e educação: reflexões sobre o pensamento de Hannah Arendt**. (São Paulo) 2009. 194 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Filosofia da Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. Autoridade e educação: o desafio em face do ocaso da tradição. **Rev. Bras. Educ.** [online], v. 20, n. 63, p. 975-993 2015. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abs-tract&pid=S1413-24782015000400975&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

CORTI, Ana Paula. O grande problema do Enem é justamente a reforma do Ensino Médio. **Carta Capital**, 18 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/o-grande-problema-do-enem-e-justamente-a-reforma-do-ensino-medio-critica-pesquisador/>. Acesso em: 04 fev. 2023.

G1 Jornal Hoje: **Novo ensino Médio é alvo de críticas de alunos e especialistas em educação**. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/03/16/novo-ensino-medio-e-alvo-de-criticas-de-alunos-e-especialistas-em-educacao.ghtml>. Acesso em: 04 fev. 2023.